



SHIMABUKO JUNIOR, J. B.; DUARTE, A. S. Professor – intérprete: um estudo de caso no município de Cuiabá – Mato Grosso. **Revista Diálogos**. V. 4, N. 1, 2016.

## **PROFESSOR - INTÉRPRETE**

### **Um estudo de caso no município de Cuiabá – Mato Grosso \***

Josué Buracof SHIMABUKO JUNIOR<sup>1</sup>  
josuejuniorshi@gmail.com  
Anderson Simão DUARTE<sup>2</sup>  
anderson.uf.libras@gmail.com

---

\* Monografia de Especialização apresentada a UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci, publicada na íntegra pela Revista Diálogos

<sup>1</sup> Universidade Federal de Mato Grosso Cuiabá, membro do grupo de pesquisa REBAK Sentidos – Relendo Mikhail Bakhtin.

<sup>2</sup> Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, coordenador do grupo de pesquisa REBAK Sentidos – Relendo Mikhail Bakhtin

**RESUMO:** Nesse trabalho propomos uma discussão a cerca do uso da terminologia *Professor - Intérprete* de Língua Brasileira de Sinais quando nos remetermos aos profissionais que atuam como professores e intérpretes nas escolas. Entendemos que é preciso esclarecer em quais casos o termo é usado corretamente, bem como entender se existe influência da licenciatura na hora da atuação do intérprete de forma positiva ou negativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Licenciatura. LIBRAS. Tradutor intérprete.

**ABSTRACT:** This paper proposes the discussion about the use of terminology *Teacher - Interpreter* Brazilian Sign Language, when we referred to the professionals who work as teachers and interpreters in schools. We understand that it necessary to make it clear in which cases the term is used correctly, as well to understand if there is some influence of the degree in the performance of the interpreter in a positive or negative way.

**KEYWORDS:** Bachelor. LIBRAS. Interpreter translator.

//\t<sup>m</sup>o<sup>o</sup>+<sup>π</sup>: \_t.\.B<sup>o</sup>o<sup>o</sup> \.\.o<sup>o</sup>#<sup>13</sup>↓ .i.o<sup>o</sup> \_t<<sup>o</sup>o<sup>o</sup>o<sup>o</sup>-#  
//<<sup>o</sup>o<sup>o</sup>-#<sup>o</sup> //.#.o<sup>o</sup>o<sup>o</sup>-L: <g.<sup>o</sup>o<sup>o</sup> /.\.B<sup>o</sup>o→.:\_t<sup>o</sup>o<sup>o</sup>..\_t<sup>o</sup>o<sup>o</sup> //\_t<sup>o</sup>o<sup>o</sup>o<sup>o</sup>  
\_t<sup>o</sup>\|o<sup>o</sup>o<sup>o</sup>↑ //\\_t<sup>o</sup>o<sup>o</sup> //i.o<sup>o</sup>#<sup>o</sup> //\_t<sup>o</sup>o<sup>o</sup>://\_t<sup>o</sup>o<sup>o</sup>. .i.o<sup>o</sup>  
\_t<sup>o</sup>o<sup>o</sup>←: //.o<sup>o</sup>o<sup>o</sup> //<g<sup>o</sup>o<sup>o</sup>#<sup>12</sup>→ //o<sup>o</sup>↓ #.o<sup>o</sup>o<sup>o</sup>-L: //<<sup>o</sup>o<sup>o</sup>+<sup>o</sup>↓  
<g.<sup>o</sup>o<sup>o</sup>, //g.<sup>o</sup>o<sup>o</sup>o<sup>o</sup>←: //i.o<sup>o</sup>o<sup>o</sup>+; \_t<sup>o</sup>o<sup>o</sup>←: .g.<sup>o</sup>o<sup>o</sup> \_t<sup>o</sup>o<sup>o</sup>..\_t<sup>o</sup>o<sup>o</sup>  
//<<sup>o</sup>o<sup>o</sup>↑<sup>π</sup>↓<sup>π</sup> /.\.B<sup>o</sup>o→ .i.k<sup>o</sup>o<sup>o</sup>o<sup>o</sup>-L: <<sup>o</sup>o<sup>o</sup>-L<sup>o</sup> <g.<sup>o</sup> #. \_t<sup>o</sup>o<sup>o</sup>..\_t<sup>o</sup>o<sup>o</sup>o<sup>o</sup>.

<g.<sup>o</sup>o<sup>o</sup>→ //<<sup>o</sup>o<sup>o</sup>#<sup>13</sup>: .i.o<sup>o</sup>o<sup>o</sup>. //\_t<sup>o</sup>o<sup>o</sup>o<sup>o</sup>. \_t<sup>o</sup>o<sup>o</sup>..\_t<sup>o</sup>o<sup>o</sup>.

## **1. INTRODUÇÃO**

A inclusão em escolas regulares foi um ganho quando olhamos pelo prisma da interação entre as Pessoas Com Deficiência - PCDs ou não, a compreensão de uma educação que percebe a existência das diferenças, respeitando as e convivendo com essas de forma natural e não excludente, é essencial nos dias atuais.

Essa superação sendo parte do processo inclusivo dos alunos no ensino regular das escolas públicas nos possibilita um olhar crítico para o ensino dos alunos surdos, que já possuem dificuldade na interação com ouvintes devido à barreira comunicativa e o sistema de ensino, no qual a produção das atividades escolares, geralmente, precedida pela interação verbal entre professores e alunos é conduzida pelas intervenções do professor no desenvolver do conteúdo temático.

Essa prática traduz uma pedagogia delimitada pela hegemonia da língua oral-auditiva, o que causa um distanciamento entre escola e alunos surdos que têm como canal para comunicação e conseqüentemente mecanismo para o auxílio da aprendizagem, a modalidade visual espacial, sendo assim o profissional Tradutor Intérprete de Língua de Sinais - TILS torna-se peça fundamental para a interação do aluno com o meio.

A história da formação desses profissionais em nosso país aconteceu ao longo dos anos de maneira informal, de início ofertado pelas organizações religiosas cujo foco do ensino era voltado para as questões da religião e sua tradução e interpretação para os interessados, bem como pela convivência com a comunidade surda. Nesses espaços, adquiria-se a fluência da língua e por conseqüência a atuação profissional, contudo apenas o convívio não é suficiente para se tornar um TILS na esfera da educação.

As autoras Quadros e Stumpf (2009) pontuam que os intérpretes começaram com atividades voluntárias, que passaram a ser reconhecidas como profissionais na medida em que os próprios surdos foram conquistando espaços em termos de cidadania nos quais não estavam anteriormente presentes.

Um dos acontecimentos mais marcantes que trouxe mudanças na formação histórica e profissional do TILS de Libras foi o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como língua oficial das comunidades surdas do Brasil.

A partir da legalização por meio da Lei 10.436 de abril de 2002, que versa sobre o reconhecimento da Libras, foi assegurado aos surdos o acesso à língua como direito linguístico, e conseqüentemente houve a aceitabilidade e entendimento da obrigatoriedade por parte de diferentes instituições, afirmando o direito a acessibilidade nas escolas por meio do profissional TILS de Libras.

Assumir que a Libras deve ser a primeira língua (L1) dos sujeitos em questão, enquanto a Língua Portuguesa aprendida como segunda língua (L2), sendo sua modalidade escrita insubstituível, como consta na legislação (Lei N°10.436 do art. 1º ao 7º de 24/04/02), torna se fundamental neste processo de inclusão visto que é por meio de sua L1 que o aluno irá compreender o mundo bem como desenvolver sua faculdade da linguagem, fundamental para o desenvolvimento cognitivo do ser humano.

Considerando a legislação,

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

[...]

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa. (BRASIL, 2002).

A necessidade do uso da língua nas escolas, e demais órgãos públicos em geral, como na área da saúde, surge a profissão oficializada do profissional Tradutor Intérprete de Língua de Sinais<sup>3</sup> que a pesquisadora Quadros (2004) define como:

---

<sup>3</sup> Lei n° 12.319, de 1º de setembro de 2010.

“O profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete. No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Ele também pode dominar outras línguas, como o inglês, o espanhol, a língua de sinais americana e fazer a interpretação para a língua brasileira de sinais ou vice-versa” (QUADROS, 2004, p. 27).

A autora ainda ressalta que por mais que o sujeito tenha compreensão de ambas as línguas, o mesmo precisa ter a certificação da proficiência, curso de graduação ou especialização em Libras para atuar na área.

“Além do domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, o profissional precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação. O profissional intérprete também deve ter formação específica na área de sua atuação (QUADROS, 2004, p. 28).

A autora ainda infere sobre a questão do TILS atuante na área da educação, para ela o mesmo deve ter um perfil para intermediar as relações entre os professores e os alunos, bem como, entre os colegas surdos e os colegas ouvintes. No entanto, as competências e responsabilidades destes profissionais não são tão fáceis de serem determinadas.

Este profissional mediador encontra nas escolas uma falta de clareza quanto a sua atuação profissional. Ainda na área da educação encontramos um grande problema relacionado aos professores, que alegam não terem sido preparados para tal ensino e se encontram sem recursos para buscar metodologias e estratégias para orientar a aprendizagem de tal aluno, com certo desespero, acaba por transferir a responsabilidade da educação para o TILS, o que discordo, outros usam da figura do intérprete como um monitor para seu auxílio em sala de aula.

Essa postura, inconsciente ou não, torna o profissional intérprete responsável pelo processo de aprendizagem dos alunos surdos. Parte da alegação advém dos professores pensarem que alunos surdos são minoria em sala de aula e têm - por força de Lei, o profissional para seu auxílio

transferindo toda a responsabilidade quanto a educação do aluno para o TILS.

A falta de Salas de Recursos Multifuncionais-SRM bem como professores que estejam nas escolas inclusivas para o ensino da Libras é outro problema enfrentado. A escola transfere muitas vezes a responsabilidade do ensino da Libras para o TILS que nem sempre está capacitado para exercer a licenciatura, e mesmo que se sinta preparado, essa não é uma de suas funções.

Esses acontecimentos, que não são raros, deixam o profissional intérprete em uma situação muito desconfortável por não saber se aceitam essa responsabilidade quanto a educação do aluno ou impõem-se perante o professor deixando claro quais as obrigações de sua profissão, o que pode por consequência, prejudicar a aprendizagem do aluno que é refém do sistema.

Estes exemplos citados acontecem no cotidiano de algumas escolas em processo de inclusão que não se conscientizaram com relação ao ensino do aluno surdo e Quadros (2004) ressalta que se o intérprete, por sua vez, assumir todos os papéis delegados por parte dos professores e por parte dos estudantes, terminará sobrecarregado e confundindo o seu papel dentro do processo educacional, papel esse que está sendo constituído.

Para sanar a falta de profissionais, segundo Quadros (2004) o próprio Ministério da Educação - MEC, tem procurado formar professores como intérpretes, a pesquisadora atribui ao fato de alguns professores assumirem a função de intérpretes por terem um bom domínio da língua de sinais. Em casos como esses o profissional passa a ter duas funções: a de professor, por conta de seu curso de nível superior, e a de intérprete de língua de sinais.

Quando tratamos da profissão TILS, no caso das escolas de ensino fundamental e médio a legislação não traz a obrigatoriedade de um nível superior específico, apenas ressalta que para atuação nas áreas de ensino superior o mesmo necessita ter uma titulação de graduação independente da área de estudo, assim, na escola o intérprete pode atuar apenas com a certificação do Ensino Médio.

Dessa forma Quadros (2004) defende que o professor - intérprete deve ser aquele profissional cuja carreira é a do magistério atuando na rede de ensino, podendo acontecer com dupla função, a saber:

- Exercer, em um turno, a função de docente, de regente de uma turma. Seja em classe comum, seja em classe especial, sala de recursos ou sem escola especial;
- Em outro turno, exercer a função de intérprete em contexto de sala de aula, onde há outro professor regente.

Este tipo de formação selecionando professores da rede regular de ensino tem como um de seus objetivos abrir esse campo de atuação dentro das escolas. Nos baseamos no conceito de professor - intérprete colocado por Quadros, e precisamos esclarecer que as funções não acontecem de forma simultânea, mas sim em períodos diferentes, ora o profissional atua como professor, ora como intérprete de Libras.

Entendemos, assim como a autora, que o uso simultâneo das funções profissionais é inviável e aqui trataremos do profissional intérprete de Libras que possui graduação em nível superior denominados pelos colegas na escola como professor - intérprete, mesmo atuando apenas como intérprete de Libras.

Por ser uma profissão oficializada recentemente, existem escolas que não se adequaram ainda a presença e as funções deste profissional duplamente qualificado, os enquadram como técnicos ou mesmo os denominam como professor - intérprete, o que é errado, a não ser que o mesmo seja graduado na área das licenciaturas ou atue também na área do ensino, o que iremos averiguar neste contexto proposto para a pesquisa.

Diante de tal realidade, buscamos em uma escola pública de Cuiabá / Mato Grosso, entender se uma formação em nível superior com foco na área da educação poderia contribuir para sanar alguns dos problemas com relação a educação dos alunos surdos no contexto de inclusão, percebendo a visão daqueles que vivenciam na prática a realidade escolar, e se de alguma forma os estudos do ensino superior corroboram para que o profissional intérprete entenda sua função bem como articule maneiras para que a

aprendizagem do aluno aconteça de fato sem perder o foco quanto o sua atuação na escola que ora é de professor ora de TILS.

## **2. DESENVOLVENDO A PESQUISA**

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola estadual inclusiva com alunos surdos no município de Cuiabá- MT. Observamos a escola, as aulas, bem como a interação das profissionais intérpretes para com os alunos surdos em sua atuação.

Posteriormente entrevistamos as profissionais com um auxílio de um questionário semiestruturado para entender qual a concepção que as mesmas tinham atuando na área da interpretação bem como as contribuições do nível superior na área da licenciatura em sua atuação como TILS.

Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente analisadas e discutidas visto que, como nos coloca Gaskell (2012), a entrevista permite o fornecimento de dados básicos para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores e sua situação de atuação. Possibilitam-nos compreender mais detalhadamente atitudes, valores e motivações em relação à atividade aplicada.

Esta pesquisa teve uma natureza qualitativa tendo como suporte a metodologia de pesquisa qualitativa, conforme Bogdan e Biklen (1992).

## **3. UMA ESCOLA E TRÊS PROFISSIONAIS NA MESMA SITUAÇÃO**

Os sujeitos de nossa pesquisa foram nomeados ficticiamente no intuito de preservar a identidade das mesmas como consta no quadro abaixo.

Quadro 1. Sujeitos da pesquisa.

<b>Professora - Intérprete</b>	<b>Idade</b>	<b>Licenciatura em</b>	<b>Especialização</b>	<b>Atua como professora</b>
<b>Juliana</b>	28	Música	Sim	Sim
<b>Marcia</b>	29	Pedagogia	Não	Não
<b>Sueli</b>	35	Geografia	Sim	Não

Três mulheres que atuam na área há mais de cinco anos como TILS, possuem graduação em licenciatura e duas dessas pós-graduadas *lato sensu*, com foco na educação especial.

A percepção quanto a atuação das professoras - intérpretes em sala de aula observada por um dos pesquisadores varia de uma para outra, contudo percebemos que se trata de três profissionais empenhadas na atuação e que demonstram preocupação quanto a aprendizagem dos alunos que acompanham, cada uma em sua maneira. Percebesse a confiança de saber o seu papel de TILS na área de ensino.

As entrevistadas relataram que em algum momento já estiveram na função de professora de alunos surdos e que essa vivência possibilitou uma visão diferenciada quanto ao ensino a esses alunos. A única que ainda leciona em outro turno é a professora - intérprete Juliana, as demais atuam apenas como TILS, entretanto, na escola as três são abordadas como professoras - intérpretes pelos coordenadores e alguns professores que lecionam nas salas de aula juntamente com as profissionais.

A atuação na licenciatura, segundo elas, contribuiu para que conseguissem compreender qual o papel do intérprete em sala, e para se “impor” na escola visto que o nível superior possibilita um respeito frente aos demais colegas, também licenciados. Os papéis do professor e do intérprete são mais fáceis de se esclarecer em consonância com as devidas atuações, fato que podemos observar com o relato de uma situação vivida na escola em anos anteriores pela professora - intérprete Juliana, em sua entrevista ela relatou:

*Ano passado um professor veio me perguntar:  
- E aí o aluno como é que esta?*

*E eu disse:*

*Olha eu não sei professor, eu vou ser sincera, vou falar a verdade com o senhor. Quando eu vou fazer minha aula eu planejo minha aula, tem objetivos, tem conteúdos, tudo isso. Então professor, quem vai saber se o seu aluno atingiu o objetivo para aquela aula é o senhor, então quem vai dizer se ele conseguiu é o senhor eu só estou transmitindo, eu não tenho como saber se ela aprendeu ou não. E se ela aprendeu errado?*

*Eu não tenho conhecimento da disciplina para dizer: olha! Ele está aprendendo! Eu não entendo essa disciplina.*

*- Desculpa, eu também sou professora e ninguém da feedback do aluno pra mim. Eu tenho um aluno surdo, quem da a nota dele sou eu, quem briga com ele sou eu, a responsabilidade dele é minha.*

*Eu tenho intérprete na minha aula, mas eu não sinalizo, vou só falando, só se ele me pergunta, aí eu respondo em Libras, mas assim... não interfiro no trabalho dela.*

A fala da participante Juliana deixa perceptível que caso o professor - intérprete não consiga fazer esta distinção entre ambas as profissões e entender que no momento da atuação como intérprete o mesmo não é responsável por mensurar o processo de aprendizado do aluno ele estará confundindo as funções e prejudicando o aluno, segundo Souza (2011), *terá sérios problemas com o professor regente por querer assumir uma responsabilidade que não é sua.*

O código<sup>4</sup> de conduta profissional do intérprete, prevê que, por parte do profissional, haja discrição, sigilo, abstenção de comentários e, ainda, a total ausência de compartilhamento de informações travadas durante sua atuação profissional em sala de aula (QUADROS, 2004, p. 31).

Conforme o depoimento da professora - intérprete Juliana fica claro que a mesma usa de comparações entre a vivência como professora e como intérprete deixando claro sua consciência entre as profissões, talvez a parte prática tenha contribuído muito mais do que a teórica, contudo esta não é menos importante.

Juliana nos conta que juntamente com a professora - intérprete Sueli desenvolveram dois encontros em um projeto da Secretaria do Estado de

---

<sup>4</sup> Parte integrante na FENEIS. Registro dos Intérpretes para Surdos - em 28-29 de janeiro de 1965, Washington, EUA) Tradução do original Interpreting for Deaf People, Stephen (ed.) USA por Ricardo Sander. Adaptação dos Representantes dos Estados Brasileiros - Aprovado por ocasião do II Encontro Nacional de Intérpretes - Rio de Janeiro/RJ/Brasil - 1992.

Mato Grosso-SEDUC-MT intitulado “Sala do Educador” <sup>5</sup>para uma “capacitação” quanto a educação de alunos surdos em salas inclusivas e ambas alegam que tais oficinas só foram possíveis devido respeito que conquistaram na escola, atribuído por uma delas pela titulação acadêmica que a iguala com os demais professores, e que tais contribuições surtiram efeitos rapidamente na maneira de como ensinar os alunos bem como do trabalho que precisa ser desenvolvido na parceria do professor e do TILS.

A vivência que ambas tiveram com a educação desses alunos atentando-se por um ensino de forma visual e a graduação possibilitaram vincular a prática com a teoria adquirida e possibilitaram disseminar seus conhecimentos para que todos na escola compreendessem o papel do profissional intérprete de Libras bem como o aluno surdo e suas especificidades. Essa capacitação proporcionou melhor desempenho dos professores em sala de aula e da parte administrativa que compreendeu as possibilidades deste aluno.

A professora - intérprete Marcia também informou que a graduação e sua experiência de lecionar em uma Sala de Recursos Multifuncionais - SRM hoje faz com que ela busque, além do uso da língua de sinais, maneiras mais visuais para que o aluno entenda o conteúdo, como nos coloca Lacerda,

Interpretar envolve conhecimento de mundo, que mobilizado pela cadeia enunciativa, contribui para a compreensão do que foi dito e em como dizer na língua alvo; saber perceber os sentidos (múltiplos) expressos nos discursos (LACERDA, 2009, p. 21).

Marcia confessa que está em constante diálogo com professores nas salas que atua como TILS e que possibilitam uma abertura para sugestões de melhorias de suas aulas, pensando em como auxiliar o aluno surdo por meio de metodologias que colaborem com sua aprendizagem.

O autor Souza (2011) ressalta o fato da profissão de TILS vivenciar todo um processo de formalização com desdobramentos bem recentes, ele acredita que quanto mais seguros os profissionais intérpretes estiverem em

---

<sup>5</sup> Projeto que acontece por meio de reuniões semanais que visa momentos de discussão e capacitação dos servidores da escola pública.

relação a quem são, o que fazem, onde estão. Melhor farão seu trabalho diante dos diversos contextos laborais dentro dos quais estão inseridos na sala de aula.

A professora - intérprete Sueli conclui a entrevista aconselhando os demais profissionais:

*Eu aconselho todos os intérpretes que estejam na área educacional, tenha uma habilitação em um curso de graduação em Licenciatura plena para ter mais facilidade de interpretar, para ser um professor - intérprete e não apenas um intérprete.*

Percebemos nos depoimentos das três professoras - intérpretes suas atuações mais consolidadas quando o profissional por meio de uma compreensão clara de como funciona o mecanismo do ensino aprendizagem dos alunos, o que o faz seguro, possibilitando que ele tome suas atitudes em relação a sua profissão de forma consciente, considerando a atuação de TILS, contribuindo ainda mais com a educação do aluno surdo, não de forma direta, visto que o mesmo não é e nem deve se posicionar como professor em tal situação.

Entender que o TILS é um grande contribuinte para o processo de formação do aluno podendo diversas vezes auxiliar para uma aprendizagem de forma facilitada tanto no ato de interpretar quanto nos momentos de troca com os professores responsáveis.

O profissional capacitado para atuar em duas áreas do conhecimento precisa conscientizar-se de suas funções para que não se confunda na hora de exercer ambas as profissões, entretanto a licenciatura serve como um aporte necessário para que o mesmo compreenda os limites estabelecidos por ambas as profissões e seus papéis inseridos no contexto escolar, além do que entender o porquê de um ensino diferenciado para o surdo ser de extrema importância visto que a educação abre portas pensando em um futuro melhor para qualquer cidadão e o direito ao acesso de um ensino de qualidade deve prevalecer para todos sem exceção.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebemos que na escola o termo professor - intérprete é usado corretamente visto que as três profissionais envolvidas no processo já atuaram ou atuam como professoras e possuem titulação para tal.

O curso de licenciatura contribui para a compreensão do professor - intérprete quanto a sua atuação em sala de aula, principalmente, atuando como TILS, deixando claro os limites entre ambas as profissões e contribuindo com o respeito dos demais colegas da escola que passam a enxergá-lo com uma profissional apto e capacitado para atuar na esfera escolar como os demais colegas professores.

Entendemos ainda que esse profissional pode contribuir de forma significativa disseminando para os demais funcionários ações que precisam ser levadas em consideração para uma melhor convivência e aprendizagem dos alunos surdos, bem como compartilhar suas experiências da prática, possibilitando uma intermediação que vai além da língua, mas se o professor permitir, contribui de forma efetiva no seu desenvolvimento como atuante no papel inclusivo da escola bem como na aprendizagem do aluno surdo.

#### **REFERÊNCIAS**

1. BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 24 de abril de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm). Acesso em 28 de abril de 2014.
2. BRASIL, Presidência da República. **Decreto nº 5626/05, de 22 de dezembro de 2005**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em 28 de abril de 2014.
3. BOGDAN, R. C.; BIKLEN, K. S. **Qualitative resarch for education ally and bacon**. MA, Secondedition, 1992.
4. GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais em Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual**. Bauer; Gaskell 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

5. LACERDA, C. B. F. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.
6. QUAROS, R. M. **O tradutor intérprete na Língua de Sinais e Língua Portuguesa.** Brasília: MEC, 2004.
7. QUADROS, R. M; STUMPF M. R. **Estudos Surdos IV** (org.). Petrópolis: Arara Azul, 2009.
8. SOUZA, S. X. **Interprete de Língua de Sinais Brasileira na sala de aula.** Indaial: UNIASSELVI, 2011.
9. STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.